

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SIMONI VILANT DE BIASI

**O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

**CURITIBA
2008**

**O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO:
LIMITES E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rose Meri Trojan

**CURITIBA
2008**

DEDICO ESTE ESTUDO A LAVÍNIA, AMADA FILHA,
COM QUEM APRENDO A REINVENTAR A VIDA.

AGRADEÇO À MINHA ORIENTADORA ROSE, PELO AUXÍLIO
INTELECTUAL E PELA AMIZADE CARINHOSA
DISPENSADA DURANTE A REALIZAÇÃO DESTE ESTUDO.

Perguntas de um Operário Letrado

Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilônia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu? Em que casas
Da Lima Dourada moravam seus obreiros?
No dia em que ficou pronta a Muralha da China para onde
Foram os seus pedreiros? A grande Roma
Está cheia de arcos de triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares? A tão cantada Bizâncio
Só tinha palácios
Para os seus habitantes? Até a legendária Atlântida
Na noite em que o mar a engoliu
Viu afogados gritar por seus escravos.

O jovem Alexandre conquistou as Índias
Sozinho?
César venceu os gauleses.
Nem sequer tinha um cozinheiro ao seu serviço?
Quando a sua armada se afundou Filipe de Espanha
Chorou. E ninguém mais?
Frederico II ganhou a guerra dos sete anos
Quem mais a ganhou?

Em cada página uma vitória.
Quem cozinhava os festins?
Em cada década um grande homem.
Quem pagava as despesas?

Tantas histórias
Quantas perguntas.

Bertold Brecht

Apenas quando somos instruídos pela
realidade é que podemos mudá-la.

Bertolt Brecht

RESUMO:

Este estudo tem como objeto de investigação a formação de professores pelo Curso de Pedagogia para Educadores do Campo. O estudo analisa o Projeto Político Pedagógico do Curso no Campus da UNIOESTE em Francisco Beltrão – PR, em seus aspectos conceituais e metodológicos. A questão problema da pesquisa é verificar se o curso atende aos objetivos da proposta pedagógica do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, educação e formação de professores.

ABSTRACT:

This study has as its goal investigation of the formation of teachers by the Pedagogy Program for Rural Educators. The study analyzes the Political and Pedagogical Project of the Program in the UNIOESTE campus in Francisco Beltrão – PR, in its conceptual and methodological aspects. The main problem of the research is to verify if the program meets the purposes of the pedagogical proposal of the MST (Landless Peasants' Movement).

Key words: Landless Peasant Movement, education and formation of teachers

IMAGENS:

FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO – A LUTA PELA TERRA: OS ÍCONES DA VITÓRIA –

IMAGEM 1 11

FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO – ESCOLA PARA CRIANÇAS DO MST NO

ACAMPAMENTO DE SANTA CLARA, SERGIPE, 1996 – IMAGEM 2 19

FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO – TRABALHADORES DA TERRA – IMAGEM 3 - 33

FOTOGRAFIA DE SEBASTIÃO SALGADO – IMAGEM 4 38

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	09
1. O MST E A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO	12
2. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST	20
3. O NASCIMENTO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES	34
4. O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS:.....	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto de investigação a formação de professores pelo Curso de Pedagogia para Educadores do Campo. O estudo analisa o Projeto Político Pedagógico do Curso no Campus da UNIOESTE em Francisco Beltrão/PR, em seus aspectos conceituais e metodológicos. A questão problema da pesquisa é verificar se o curso atende aos objetivos da proposta pedagógica do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Para discutir os aspectos conceituais da proposta de formação dos professores do MST faz-se necessário contextualizar a história e a trajetória desse movimento social organizado, para entender o modelo de escola proposta, que tem por objetivo promover uma educação ligada a seu projeto social.

Assim, o primeiro capítulo apresenta uma contextualização, embora breve, para a partir desta analisar os aspectos pedagógicos da proposta do MST em sua relação com a luta pela Reforma Agrária, aspectos estes inseridos dentro da sua trajetória histórica. Nesta reflexão são apresentados os elementos básicos que fundamentaram o propósito de vincular a educação à luta pela terra.

O segundo capítulo apresenta a trajetória e a solidificação da escola nos assentamentos¹ e acampamentos², onde se constrói a proposta de educação do campo, com a finalidade de atender às suas especificidades e à proposta política do movimento.

No terceiro capítulo, interligado a essa proposição, parte-se do nascimento de uma proposta de formação para os professores que atuam em escolas de

¹ Assentamentos: são espaços legalizados pelo Estado, onde famílias já estão de posse da terra. As escolas têm estrutura física determinada e são legalizadas.

² Acampamentos: são espaços onde as terras estão em processo de negociação entre o Estado e o MST. As escolas são itinerantes, e funcionam em lugares improvisados. Os professores são mantidos pelo MST e pelo Estado.

assentamentos e acampamentos, para analisar a proposta do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo.

O quarto e último capítulo apresenta uma análise do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, tomando-se como referência o Projeto Político Pedagógico do Curso da UNIOESTE no *Campus* de Francisco Beltrão/PR, para discutir a problemática da pesquisa, que é verificar se os pressupostos conceituais e metodológicos do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo atende aos objetivos pedagógicos do MST.

I. O MST E A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO



Fotografia de Sebastião Salgado – A Luta pela terra: os ícones da vitória – Imagem 1

1. O MST E A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, a questão agrária do Brasil adquire novos elementos de análise como referência. E, dentre esses elementos está a resistência dos trabalhadores na luta pela terra. Assim, a luta pela distribuição da terra ganha espaço na agenda das políticas públicas do país. Para Fernandes:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados essencialmente à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela a resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001, p. 31).

O Brasil vive uma realidade contraditória no campo desde a sua colonização. A marginalização, a pobreza e a falta de políticas sociais sempre estiveram presentes nas áreas rurais. Como resistência a esta condição de vida e de exploração do trabalho no campo, nasceram vários movimentos sociais, entre eles o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Esse é um movimento social, popular e político que tem como bandeira a luta pela terra, a reforma agrária e mudanças estruturais da sociedade. O MST vem se constituindo no Brasil como um importante espaço de luta por condições dignas de vida. Esse movimento adquire forte conotação de luta de classe, quando organiza milhares de pessoas em torno da busca da superação das desigualdades sociais.

O nascimento oficial do MST se deu no mês de janeiro de 1984, como parte de um ciclo de protestos sociais. Desde o seu nascimento, o movimento tem se territorializado em todo o Brasil por meio de ocupações de terra. É um movimento que se constituiu a partir das experiências de organização de camponeses nacionais como as Ligas Camponesas e o Master - Movimento dos Agricultores Sem Terra e as ULTABs - União dos Lavradores Agrícolas do Brasil³. Todos esses movimentos lutavam pela Reforma Agrária no país.

³ Movimentos brasileiros de camponeses que construíram suas organizações na década de 1950, e que depois foram massacrados pela ditadura militar.

No caderno n.º 9 – *Educação no MST: Balanço 20 anos*, os participantes do movimento afirmam: “Somos herdeiros de muitas lutas localizadas, de resistências realizadas por posseiros e camponeses anônimos, que na escuridão da ditadura militar, sobreviveram e lutaram. Somos frutos da teorização de muitas experiências de lutas que nos antecederam, seja no Brasil, seja dos movimentos camponeses da América Latina”. (MST, 2004, p. 10).

A organização do MST é a expressão das contradições da luta de classes do modo de produção capitalista, pois a efetivação de suas conquistas se dá – e não poderia se dar de outro modo – justamente, por meio da desapropriação da propriedade privada da terra. Ao mesmo tempo, esse movimento tem como perspectiva o enfrentamento do capitalismo e a revolução para a construção de um novo modelo econômico que supere as condições reais de desigualdade. Entretanto, a luta pela reforma agrária só se concretiza na luta pela redistribuição da propriedade da terra, numa tentativa de romper com o poder das oligarquias latifundiárias historicamente constituídas no Brasil.

Os problemas agrários contemporâneos são resultados do modo como o capitalismo se estrutura e explora o trabalho no campo. As ocupações realizadas pelo MST são formas de luta política reivindicatória que tem como finalidade diminuir o problema das desigualdades no campo. Mas, é importante salientar que as ações desta organização não têm a condição de, por si só, mudar a estrutura do modelo capitalista, pois, a redistribuição da terra constitui novas propriedades privadas, o que constitui uma contradição, ainda que não sejam latifúndios. Para pensar numa forma de superação das desigualdades é importante analisar os desdobramentos relativos à forma como o capitalismo se estrutura.

O desenvolvimento de um processo de transformação radical da sociedade exige uma mobilização e uma articulação maior entre campo e cidade. Ambos estão inseridos no mesmo modelo de desenvolvimento. Para Fernandes, “a questão agrária é um movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção” (FERNANDES, 2001, p. 31).

O autor expõe que, desde a década de 70, o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de

desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações de protagonistas que lutam contra esse modelo, como o MST.

Desde sua constituição, a tendência do MST foi a de articular a luta pela terra com outras reivindicações, como a educação de qualidade, mas específica para as pessoas que vivem no campo. Atualmente, depois de um debate teórico articulado entre o Movimento dos Sem Terra e o Estado brasileiro, sobre a necessidade de uma proposta pedagógica específica para as escolas do campo, se constituíram diretrizes e propostas que se encontram efetivadas, ao menos legalmente. A proposta pedagógica defendida pelo MST está articulada com as questões da luta pela terra, pela preservação da cultura e da identidade do homem do campo.

O esforço do MST para sustentar uma proposta de educação como práxis social emancipatória, a partir da especificidade do campo e das reais possibilidades históricas, abrange, segundo dados da Secretaria da Educação do MST, cerca de quatro mil professores e aproximadamente cento e sessenta mil alunos em todo o Brasil. Todo o esforço realizado para atender esta demanda é resultado da organização das pessoas que fazem parte desse movimento. (MST, 2004, p. 12).

Destarte, a luta pela terra começou junto à luta pela escola. “Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele” (CALDART, 2003, p. 62). Para compreender essa articulação entre a luta pela terra e a luta pela educação, apresenta-se a seguir uma contextualização, trazendo os elementos históricos, políticos e pedagógicos de implantação que deram origem à escola no MST.

Nas relações que formam as tessituras sociais está a educação. Dessa forma, a educação está imbricada com as determinações econômicas e sociais que estruturam a sociedade. Essas relações determinam e se entrelaçam reciprocamente compondo uma totalidade. Partindo desse pressuposto, não dá para separar a história do MST da história da educação no Movimento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no período da década de 1980, a luta pela terra no Brasil sofre novas determinações – decorrentes do contexto de esgotamento da ditadura militar e processo de redemocratização do país – constituindo um novo cenário no espaço de resistência ao modelo econômico brasileiro.

Neste novo cenário, aparecem as manifestações do MST, em forma de ocupações das terras improdutivas. Junto à luta pela democratização da terra aparecem outras preocupações e demandas, como a educação das crianças das famílias acampadas que, futuramente, se tornarão assentadas. Esse foi o primeiro momento no qual a Educação entrou em pauta dentro das discussões do MST.

Segundo Caldart, o motor do surgimento da questão da educação foi a necessidade das crianças e o direito de todos à escola. Essas duas necessidades são motivadas por uma das características da luta pela terra que persiste até hoje, que é a de atender às necessidades das famílias que participam do movimento, o que acaba gerando outras demandas e a consciência de outros direitos que não apenas o da conquista da terra propriamente dita. (CALDART, 1997, p. 31). Nesse cenário de lutas, não havia, de início, ações organizadas pela educação. Pode-se dizer que foi um período de reflexão e sensibilização junto às famílias dos *sem-terra*.

A partir de 1985, a organização do MST assume outras dimensões que marcam a história educacional do movimento. Essa história pode ser categorizada em quatro momentos históricos de conflitos, acertos e avanços: a definição dos eixos centrais de discussão da educação, a criação do Setor da Educação do MST, a constituição de um Coletivo Nacional de Educação e a consolidação de uma proposta de educação vinculada à realidade das pessoas que vivem no campo.

No primeiro momento, no ano 1985 ocorrem muitos encontros que definem alguns eixos centrais de discussão da educação dentro do espaço da luta pela terra. No ano de 1985, é realizado o *1.º Congresso Nacional do MST*, afirmando, então, o seu enfrentamento com políticas contrárias à Reforma Agrária.

No segundo momento, em 1987, deu-se o início a articulação nacional e a criação do Setor da Educação no movimento, quando ocorreu um congresso com as pessoas que já estavam se organizando em seus estados. O congresso foi realizado no Espírito Santo, com representantes de sete estados. Das discussões realizadas foram eleitas duas questões, as quais se tornaram diretrizes para toda a elaboração pedagógica do MST: “o que queremos com as escolas de assentamentos? E como fazemos a escola que queremos?” (CALDART, 1997, p. 30-31).

Nesse período, a educação no MST foi marcada pelo trabalho nos estados pela reivindicação de uma escola pública de 1.^a a 4.^a série nos assentamentos e então nascem as discussões sobre uma proposta de formação de professores e educadores para a construção da chamada “*escola diferente*”. A legalização das

escolas públicas em assentamentos como um direito constitucional dependia das políticas públicas que se modificavam em cada Estado. (CALDART, 1997).

A constituição de um *Coletivo Nacional de Educação* marca o terceiro período da organização do MST que vai de 1989 a 1994. As repressões políticas⁴ contra os movimentos sociais, principalmente o MST, não o impediram o salto organizativo na elaboração da sua proposta pedagógica. O trabalho na educação se articula de forma mais concreta nos Estados, como também a elaboração do Curso de Magistério próprio para formar educadores do MST. (CALDART, 1997).

Foi nesse período que começou o processo de elaboração e de registro de uma proposta de educação para os assentamentos, baseada na reflexão teórica sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas, ainda de forma desarticulada e começou a responder de modo mais organizado, àquelas questões que se definiram no primeiro encontro nacional do setor em 1987.

Foi então que passou a realizar-se uma experiência mais sistemática de formação de professores para atuar nas escolas. Não bastava uma proposta de educação para os sujeitos da terra, sem ter professores devidamente habilitados e formados nos referenciais teóricos nos quais a proposta pedagógica se fundamentava. Dessa forma, a primeira turma de magistério a ser implantada pelo movimento teve início em janeiro de 1990, no Estado do Rio Grande do Sul, com a aprovação legal. (CALDART, 1997).

Esse período se constitui em um marco muito importante e sólido na concretização da proposta de educação do movimento aliada à luta pela terra. A conquista do espaço sistemático de formação de professores – que até em então, acontecia somente em espaços informais, como as assembléias, as mobilizações e os coletivos de discussões – privilegiou novas práticas de formação, sintetização, criação e recriação das concepções e práticas pedagógicas do e no MST.

Os conteúdos apreendidos nos espaços de formação apresentam-se como sínteses das relações praticadas no movimento de luta. No caso do MST, os conteúdos apreendidos são aqueles que refletem a luta de classes, fazendo relação com a vida e a história dos sujeitos sociais que fazem parte do movimento. Isso significa que a formação deveria se propor a desenvolver nas pessoas uma

sensibilidade crítica para ler as práticas sociais das quais participam a partir das relações que formam a totalidade.

Pode-se dizer então, que o MST tinha e tem como base para o desenvolvimento da sua concepção, uma práxis e uma filosofia, que permitissem, inicialmente, se apresentar como um espaço de polêmica e de crítica, para poder proporcionar a superação de modos de pensar que não considerassem a história. Para Vázquez (2007, p. 234), a atividade filosófica transforma a nossa concepção do mundo, da sociedade ou do homem, mas não os modifica – direta ou diretamente. Para haver transformação, a atividade da filosofia – não pode ser apenas a interpretação do mundo como objeto. A filosofia que tenha como objetivo a transformação do mundo precisa estar vinculada conscientemente à prática. Dessa forma, o MST estrutura um espaço de formação, tanto para os alunos como para os professores, propondo-se a oferecer um instrumento teórico para transformação da realidade.

O quarto período dos momentos que marcaram a história da educação do MST foi marcado pelo III Congresso Nacional do Movimento. Esse momento foi registrado com o lema “*Reforma Agrária: uma luta de todos*”. A partir desse, o movimento sofre novas reestruturações. Os participantes buscavam discutir outras formas de conteúdos e ações frente à luta pela terra. Até então, a luta que se delimitava dentro da dinâmica interna do movimento, passa a ser levada para discussão exterior, na tentativa de trazer novos aliados e para consolidar uma certa organicidade com outros movimentos e setores da sociedade. (CALDART, 1997, p. 37).

A tentativa de buscar o reconhecimento junto à sociedade das várias dimensões desenvolvidas pelo trabalho do MST trouxe como aliados outros movimentos e setores organizados que tinham como bandeira de luta, a resistência ao modelo excludente implantado na sociedade brasileira. Então, a consolidação de uma proposta de educação vinculada à realidade das pessoas que vivem no Campo se concretizou na *I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo* com a participação de várias entidades sociais brasileiras. (ARROYO&FERNANDES, 1999).

As entidades, juntamente com o MST, assumiram a responsabilidade de dar continuidade à mobilização “*Por uma Educação Básica do Campo*”, como um projeto popular. O eixo central dessa mobilização está alicerçado com uma proposta para

superar modelos filosóficos e pedagógicos de organização das práticas pedagógicas desenvolvidas, até então, nas escolas do campo. O que era uma luta isolada, apenas do MST, se expande obtendo novos adeptos de outros espaços como da academia, organizações e órgãos públicos, o que vai garantir a consolidação e valorização das reivindicações do movimento por meio da conscientização da sociedade civil.

No próximo capítulo, este estudo apresentará os elementos conceituais e metodológicos da proposta do MST. A proposta de educação do MST está embasada em princípios que tomam o ser humano como sujeito histórico e que está em constante movimento, em lutas e tensões sociais. Este princípio, CALDART caracteriza de *o movimento da realidade*, da história: a história não pára e as questões humanas dos sujeitos sociais e de cada pessoa não são sempre as mesmas, ou pelo menos, não permanecem muito tempo com o mesmo conteúdo. Uma escola que pretenda fazer parte de um movimento pedagógico mais amplo precisa fazer o seu movimento interno em sincronia com ele. (CALDART, 2003, p. 76).

Outro princípio defendido pela autora ressalta a importância das relações sociais no processo constitutivo do ambiente educativo: “As relações sociais em movimento produzem contradições, tensões, conflitos, que precisam ser trabalhadas para que os objetivos pedagógicos sejam atingidos”. (CALDART, 2003, p. 76). A escola se faz presente dentro deste espaço, por isso a importância de manter-se ativa no processo de formação humana, como contestadora da ordem e dos valores reproduzidos pelas formas de opressão.

II. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST



Fotografia de Sebastião Salgado – Escola para crianças do MST no acampamento de Santa Clara, Sergipe, 1996 – Imagem 2

2. A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MST

A educação é um processo de formação e de emancipação dos seres humanos, no qual as pessoas apreendem valores, comportamentos, hábitos e se apropriam dos conhecimentos necessários para viver em uma determinada sociedade. Num sentido amplo e político, o processo educativo é condução para a auto-realização dos indivíduos, ou seja, a sua auto-emancipação. Processo que se concretiza mediante as relações reais de um determinado momento histórico. (MST, 2000)

A educação, em todas as sociedades, está vinculada com os processos de produção. Ela se apresenta como um processo de formação do homem para um determinado modelo de sociedade. No Estado moderno, a educação na sua forma escolar, insere-se no contexto das modernas democracias. Para Mézaros (2005, p. 35), a educação institucionalizada serviu, nos últimos anos, ao propósito de não só oferecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes.

O Estado ao implementar um projeto econômico, político e cultural exerce a função educativa de adequar os sujeitos às exigências de produção e às condições sociais e históricas de uma época. Toda a ação política efetiva-se pelas relações e ações sociais, e estas estão intimamente ligadas com a formação cultural dos indivíduos. E, a análise da educação depende da natureza e da forma como a sociedade organiza as relações econômicas, culturais e políticas de um determinado momento histórico, a partir de uma determinada teoria.

Nesse sentido, a opção por uma dada teoria de explicação da realidade determina um ponto de vista e uma tomada de posição. No caso do MST, esse ponto de vista se define pela defesa dos interesses da classe trabalhadora, e, nesse caso, pela teoria socialista e pelos autores que defendem, principalmente, a igualdade e a superação da sociedade dividida em classes.

Assim, na sociedade capitalista, a educação se apresenta como um espaço de conflitos e de lutas entre classes antagônicas, onde há interesses divergentes e contraditórios: de um lado para a reprodução do capital e para legitimação das

condições de exploração do trabalho, e de outro, para a transformação da sociedade e da superação das desigualdades sociais. Pode-se dizer que a educação é um desdobramento da forma econômico-política de como a sociedade se organiza e de como o projeto de formação humana está imbricado nos projetos sociais que as classes pretendem legitimar.

Nessa discussão, o MST compreende que a formação humana acontece nesses espaços de contradição, em que os seres humanos se adaptam, ou criam alternativas para a mudança. (MST, 1996, p. 6-7). Nesse ponto de vista, a formação humana não se separa do trabalho e das lutas por condições materiais de existência, e a educação reflete um movimento de conflitos, de embates, de superação e de mudanças.

Assim, o MST incorpora formas concretas de socialização e de formação dos sujeitos sociais quando organiza milhões de pessoas para lutar por seus direitos sociais, especificamente pelo direito à educação. A incorporação dessas lutas políticas por direitos humanos, incluindo a escola e a educação, que se constituem em espaços de auto-emancipação. Dessa forma, o MST tem se materializado também como instrumento educativo, tanto nas mobilizações de luta pela terra, quanto na dimensão conscientizadora, que encaminha o seu processo de luta. Suas ações concentram-se nas pessoas que vivem no e do campo, ou seja:

Trabalhamos com os “Sujeitos do Campo”, pessoas concretas que moram e vivem na terra, com a sua cultura camponesa e “subculturas” demarcadas pelas regiões. São pessoas históricas, muitas delas com a experiência de serem sujeitos da história, marcadas pelas contradições da visão de mundo do opressor, que introjetaram por vivermos numa sociedade de classes. São trabalhadores e/ou filhos de trabalhadores, de ambos os gêneros, condicionados pelos meios de produção. (ITERRA, 2004 p. 14).

A intencionalidade política e pedagógica do MST se apresenta nas ações promovidas pelo movimento, sempre articulando a luta de classes à questão agrária com ações educativas. “Além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos capazes de assumir o comando do seu próprio destino social e histórico”. (CALDART, 2001, p. 218).

Assim, a ação do MST sobre a educação acontece junto e dentro da dinâmica que fundamenta as condições concretas da luta pela terra, com o objetivo de criar espaços de formação cultural e intelectual capazes de ligar a vida dos trabalhadores sem terra à necessidade de superar os limites das lutas.

A reflexão que o MST apresenta nas suas discussões inclui a necessidade política e pedagógica de construção de um projeto educativo para as *escolas do campo* que se contraponha ao modelo de educação tradicionalmente excludente. Essa necessidade também está vinculada à idéia de que os participantes do movimento devem apropriar-se do MST enquanto sujeitos pedagógicos. Segundo Caldart, trata-se de olhar para o MST como um lugar de formação do *sujeito social sem terra*. A intenção pedagógica e política se faz presente na constituição do MST, quando os participantes se propõem a valorizar a experiência humana, a fim de fazer-se humano na história, ser produto e ser produtor de um movimento social. Para a autora, o MST se concretiza como processo educativo, que é um modo de formação humana significativo, do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social. (CALDART, 2000, p. 19-22).

No espaço onde se concretiza a luta pela terra e pelos instrumentos de trabalho, os sujeitos se constituem como seres históricos produtores de sua existência. Nesse sentido, a escola se torna um instrumento necessário para a tomada de consciência de classe, ou seja, no processo de transmissão dos conhecimentos necessários para a realização dessa dupla ação: a educação como uma exigência do trabalho e para o trabalho. (SAVIANI, 1991).

Além de lutar pelo direito à escola pública e gratuita, ao MST importa que a escola seja adequada às suas especificidades, com uma Pedagogia que atenda aos objetivos das famílias assentadas e do próprio movimento. A articulação da educação com a luta pela democratização da terra e pela superação das desigualdades está aliada à necessidade concreta de organizar e conscientizar as pessoas, por meio da educação.

Essa proposta de educação está evidenciada no *Caderno de Educação nº 8*, publicado em 1996, através dos princípios filosóficos e pedagógicos da Educação do MST. Os princípios filosóficos: "Dizem respeito a nossa visão de mundo, nossas concepções gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que entendemos que seja a educação. Remetem aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo no MST". (MST, 1996, p. 4).

Esses princípios pedagógicos,

se referem ao jeito de fazer e de pensar a educação para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que pode haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. (MST, 1996, p. 4).

À luz desses conceitos, o MST propõe que as práticas e as experiências realizadas pelo movimento estejam relacionadas com as práticas de formação escolar e não-escolar.

Entre os princípios filosóficos da proposta pedagógica, estão aqueles que se referem à sua concepção de sociedade, de classe e de formação humana. São eles:

1) *Educação para transformação social.* A educação como um processo pedagógico que se assume como político, que esteja vinculado organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual e a construção de uma nova ordem social. Segundo o MST, o horizonte que define a proposta de educação para a transformação social está na educação de classe, aquela que organiza os conteúdos e cria métodos na perspectiva de construir um projeto hegemônico das classes trabalhadoras; a Educação massiva se destina a garantir a todos o direito à educação em suas diversas dimensões; a Educação organicamente vinculada ao Movimento, uma educação que estreita relação com a realidade imediata das lutas específicas; a educação para a ação se concretiza através da formação de sujeitos capazes para a transformação social e a Educação aberta para o novo, consiste na educação aberta para construir novas relações sociais a partir dos conflitos e das contradições que aparecem ao longo do processo.

2) *A educação para o trabalho e a cooperação.* A educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas que vão aparecendo no dia-a-dia dos assentamentos e dos acampamentos, que forma os trabalhadores e as trabalhadoras para a atividade no meio rural, ajudando a construir reais alternativas de permanência no campo e de melhor qualidade de vida para esta população. Neste contexto, destaca-se a formação para a cooperação, como elemento estratégico para esta educação que vise a construção de novas relações sociais.

3) *Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.* A preocupação do MST, neste princípio, é o desenvolvimento de uma práxis educativa

revolucionária que dê conta de reintegrar as diversas dimensões da vida humana, entre elas está a formação político-ideológica, a formação organizativa, a formação técnico-profissional, a formação cultural e estética.

4) *A educação com/para valores humanistas e socialistas.* A educação tem como objetivo ajudar na construção do novo homem. Para isso, é fundamental uma formação que rompa com os valores dominantes na sociedade atual, centrada na propriedade privada e no individualismo. Entre os valores definidos pela proposta citam-se alguns: o sentimento de indignação diante das injustiças; a busca da igualdade combinada com o respeito às diferenças culturais, de raça e de gênero; o exercício da crítica e da autocrítica.

5) *Educação com processo permanente de formação e transformação humana.* Para o MST, crer na capacidade de transformação é condição básica para acontecer um processo de educação/formação. (MST, 2000, p. 5-10).

Esses princípios filosóficos têm como objetivo formar pessoas com diversas capacidades, que sejam abertas para o mundo e que consigam entender a cultura, a política, a história, ou seja, tornar-se pessoas sensíveis às diversas manifestações humanas. A formação humana não se separa do conhecimento histórico, como práxis político-cultural e como luta de classes.

Os princípios pedagógicos são aqueles que dão sustentação pedagógica e teórica para a prática educativa. São eles:

1) *A relação entre prática e teoria.* A escola não deve ser apenas o lugar de conhecimentos teóricos, que depois se aplicam na prática. A relação entre a prática e a teoria deve formar uma unidade dentro do processo pedagógico, justamente para que os sujeitos possam desenvolver a capacidade de interpretar as relações em todas as situações de vida. Relacionar prática e teoria nos processos pedagógicos, na escola, significa organizar o currículo em torno das situações vividas pelos estudantes.

2) *Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação.* Segundo o MST, nem todas as dimensões da educação são trabalhadas com a mesma metodologia. Cabe então adequar o método de apreensão do conhecimento com o objetivo que se busca alcançar. O MST acredita que a prática social vivida pelos sem terra é o ponto de partida para se atingir os objetivos. Num curso de formação de professores, por exemplo, partir da prática pode ser partir das

experiências que os participantes trazem. Através de seu relato é possível fazer uma análise, um estudo sobre que tipo de educação se deseja para a sociedade.

3) *A realidade como base da produção do conhecimento.* Para o MST, a realidade social é o ponto de partida e ponto de chegada. Isso quer dizer, que a produção do conhecimento parte das relações que formam a realidade, de tudo aquilo que é produzido pela humanidade. E o destino do conhecimento produzido é a transformação da realidade.

4) *Conteúdos formativos socialmente úteis.* A escolha dos conteúdos é o instrumento para atingir os objetivos da proposta do MST. A escolha dos conteúdos, a serem apreendidos pelos estudantes, está intimamente ligada ao ensino e formação que se deseja. Os conteúdos são sínteses dos conhecimentos socialmente produzidos pelos homens. Por isso, os mesmos não são neutros, são todos formativos de uma cultura, mas nem todos são socialmente úteis.

5) *Educação para o trabalho e pelo trabalho.* O trabalho só é criador, quando o indivíduo tem a consciência do processo em transformação. O homem, ao desprender forças físicas, mentais e rituais no trabalho, transforma o objeto (matéria) e provoca uma série de mudanças na sua própria natureza. Assim, no processo de mediação com a natureza e com outros indivíduos, o homem se humaniza, objetiva uma finalidade e produz ciência e cultura. A educação está ligada ao mundo do trabalho. No sentido amplo e político, a educação tem como objetivo formar e colocar a consciência do homem no trabalho. Isso quer dizer que os processos pedagógicos não podem ser alheios aos processos de produção.

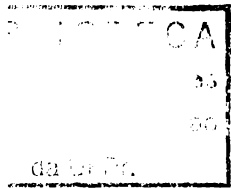
Gramsci aponta, no Caderno 12 que, no desenvolver da civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas e as ciências se mesclaram de tal modo à vida que toda a atividade prática tende a criar uma escola para formar seus dirigentes e seu grupo de intelectuais. Assim, Gramsci, coloca o princípio educativo do trabalho como método de apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, num modelo de escola que ele denominou de escola criadora e ativa. O trabalho, como atividade teórica e prática, é o princípio educativo imanente à escola. Como fundamento ontológico do ser social, fornece o ponto de partida para o desenvolvimento de uma concepção histórico-dialética do mundo, da compreensão do movimento e do devenir, para a compreensão da atualidade como síntese do passado que se projeta no futuro. (GRAMSCI, 1932, p. 78).

Desse modo, a proposta de escola integrada à proposta do MST tem o trabalho como método pedagógico, ou seja, estudo e trabalho se integram e formam o instrumento fundamental para desenvolver os desdobramentos do projeto pedagógico fundamentado pelo Movimento.

6) *Vínculos orgânicos entre processos educativos e processos políticos.* As relações políticas se referem ao modo como a sociedade organiza a vida social. A educação é um ato político, pois se insere dentro de uma dinâmica institucional, que tem a sua natureza nas relações políticas e estruturais que se instaura num determinado momento histórico. Dessa forma, a educação é uma práxis social que tem como objetivo colocar a consciência do homem a par das objetivações realizadas, dando-lhes uma direção, sejam elas de adaptação ou de emancipação social. A constatação de que a educação é uma ação política decorre da sua intencionalidade e da impossibilidade da sua neutralidade.

Gramsci (1938, p. 62), analisando a situação política da Itália, salienta que a crise do programa e da organização escolar, da orientação geral de uma política de formação dos quadros dos intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complicação de uma crise orgânica mais ampla. Por meio desses escritos de Gramsci é possível compreender que esse princípio, dos *vínculos orgânicos entre processos educativos e processos políticos*, implica reconhecer que a educação escolar, além de sistematizar e transmitir os conteúdos necessários têm a função social de desenvolver notadamente a parte relativa aos direitos e deveres, isto é, as noções de Estado e sociedade, como elementos primordiais de uma nova concepção de mundo. Se a educação é política, ela exige posicionamento perante as situações reais. Isso significa que o pensar e a ação consciente trazem mudanças na forma de agir.

7) *Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.* Os processos econômicos são aqueles que dizem respeito à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços necessários ao desenvolvimento da vida humana na sociedade. (MST, 1996, p.18). A educação está entrelaçada com as relações econômicas nas quais a sociedade se configura. A relação entre a educação e os processos econômicos foi estudada por autores que se debruçaram sobre o método do materialismo histórico. Marx e Engels explicam que na história da humanidade as relações econômicas estabelecidas nos processos de produção movem, formam e transformam as pessoas. (MARX& ENGELS, 2006, p. 51).



Dessa forma, a educação é a sistematização das relações estabelecidas no mundo da produção e do trabalho. Essas relações podem ser produzidas e reproduzidas a partir da ideologia da classe que detém a hegemonia. O conceito de hegemonia explicado por Gramsci, se refere ao poder econômico, intelectual e cultural de uma classe que detém o controle sobre as demais. (GRAMSCI, 1997, p 43).

A partir dessa idéia, o MST discute, em sua proposta pedagógica, o vínculo orgânico da educação com a economia. A aproximação dos estudantes com os fundamentos dos processos produtivos e de trabalho é necessário para garantir a qualidade na formação das pessoas e da sociedade. (MST, 2000, p. 8-9).

8) *Vínculo orgânico entre educação e cultura.* Mediante a situação contraditória das classes antagônicas que formam a base da sociedade, um projeto de mudança só poder realizado através da mudança da cultural dos indivíduos, que compreende sua formação intelectual e política. Essa formação se dá no processo do desvendar o que está intrínseco nas relações que formam a tessitura social e na apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade. A partir do processo complexo e contraditório de luta cultural vivido na Itália, Gramsci contribui com o projeto de renovação da cultura socialista deste país. Para o autor, a formação cultural é aquela voltada para o mundo do trabalho, que não pode deixar de compreender a dimensão intelectual - conhecimento dos conceitos que explicam os fenômenos, técnica - a ciência usada com fins produtivos e a política – dar hegemonia ao projeto da classe operária. (GRAMSCI, 1997, p. 13)

Para Snyders (2005, p. 303), autor do livro, *Escola, Classe e Luta de Classes*, “a cultura passa a ser local de combate porque nunca escapa à luta de classes que se processa consubstancialmente com a história. As idéias dominantes são as idéias da classe dominante; mas elas não se obstinariam a apresentar-se como dominantes se não soubessem e se ao mesmo tempo não se sentissem, ameaçadas pela constante pressão das classes dominadas”.

9) *Gestão democrática.* Esse princípio significa dizer que além da discussão e a teorização dos conceitos, precisa-se vivenciar na escola um espaço de participação democrática. (MST, 2000, p. 20). A gestão democrática é um aprendizado coletivo e um ato político, assim, sua construção não pode ser individual, pois implica sempre uma tomada de posição dos sujeitos sociais que fazem parte da escola. A participação dos pais, professores e alunos no processo de

gestão está efetivamente relacionada com os princípios filosóficos e pedagógicos que fundamenta a proposta pedagógica do MST. Aprender a tomar decisões, a respeitar decisões coletivas, a executar o que foi decidido no grupo e avaliar os resultados do que se está fazendo significa democracia. A democracia se concretiza mediante a participação na tomada de decisões e no planejamento coletivo das ações vinculadas a aquilo que é bem a comum a todos.

10) *Auto-organização dos/das estudantes.* A concepção de auto-organização é tomada do pedagogo russo Pistrak para especificar o processo de criação do coletivo dos alunos numa escola. (2002, p. 20). A organização dos alunos é um dos elementos que forma a gestão democrática. Para o educador Pistrak, a escola deve não somente formar, mas suscitar os interesses das crianças, organiza-los, ampliá-los, formulá-los e fazer deles interesses sociais. Pode resumir o pensamento do autor russo nas seguintes palavras: “a escola deve transformar os interesses individuais, as emoções das crianças, em fatos sociais, cimentados com base nisso o coletivo infantil”. (PRISTRÁK, 2002, p. 178). Pistrak acreditava que um projeto socialista deveria estar vinculado com o estudo, o trabalho, as atividades culturais e políticas. Esses elementos articulados numa pedagogia centrada no coletivo e chegariam ao movimento mais amplo de transformação social.

11) *Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos/as educadores/as.* O espaço coletivo de formação docente faz parte do processo educativo do MST. Para o MST, a criação de um grupo de pessoas que se reúnem para discutir sistematicamente as práticas de educação dos acampamentos e assentamentos fortalece e torna mais orgânica e qualitativa a proposta pedagógica. Cabe aqui citar uma das teses de Marx contra Feuerbach, quando escreve que: “os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e da educação modificada, e são justamente, esses homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado” (MARX, 2006, 118). A consciência da mudança das circunstâncias como atividade humana pode ser vista e considerada como práxis revolucionária. O eixo central desse princípio está ligado a idéia de quem educa também precisa ser educado.

12) *Atitude e habilidades de pesquisa.* A investigação da realidade consiste num esforço sistemático e rigoroso que se faz para entender cientificamente as relações que formam a totalidade. O princípio da investigação é o de qualificar os sujeitos para a ação, exigindo uma tomada de atitude diante do mundo e do

conhecimento. Na escola, a realização da pesquisa está relacionada com a prática e a teoria e, portanto, exige constituir, no processo, uma adequação da metodologia de educação, às diferenças específicas do contexto onde acontece o processo pedagógico. (MST, 2000, p. 23).

Para Kosik “o homem, já antes de iniciar qualquer investigação, deve necessariamente possuir uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, ‘coisa em si’, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que manifestam imediatamente” (KOSIK, 1995, p.16). Assim, a realidade social necessita ser constantemente analisada em cada contexto, para dar conta do seu movimento histórico.

Os princípios filosóficos e pedagógicos estão articulados à luta pelo direito à terra, às ações do MST e fundamentados nas elaborações teóricas dos clássicos do pensamento socialista. Essa articulação norteia o trabalho pedagógico das escolas de assentamentos, incluindo a educação básica, a educação de jovens e adultos e o ensino superior. Sua proposta é uma crítica a um sistema educacional que, desde a sua implantação, favoreceu e ainda favorece, os socialmente privilegiados, desvalorizando os herdeiros de situações privilegiadas. A escola única deixa de existir numa sociedade de classes antagônicas.

Nesse sentido, para o MST, o processo pedagógico deve estar organicamente articulado com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção de uma nova ordem social, cujos pilares principais seriam a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas. Dentro desta perspectiva, o MST propõe uma educação de classe, ou seja, uma educação própria para a sua classe. (MST, 2001).

A prática social das pessoas que fazem parte do movimento é o princípio geral que se articula a todos os outros. É o que fundamenta a elaboração da proposta pedagógica das escolas de assentamentos e acampamentos. Esse princípio deve estar presente em toda aprendizagem e em todo ensino que se realiza nas escolas, ou seja, é o ponto de partida e o ponto de chegada. Isso implica dizer que o ensino nas escolas deve estar ligado com a prática concreta do sujeito que ensina e do sujeito que aprende. É tomar o conhecimento como instrumento para que entendam melhor a realidade e as suas manifestações.

A proposta de educação do MST é construída na ocupação das terras. O processo de ocupar a terra é a escola de formação e conscientização. Dessa forma, o MST integra na sua proposta pedagógica a teoria e a prática. A partir da premissa que o ser humano se forma nas suas relações sociais vividas, o MST aborda os elementos da prática social como fundamentos para a realização do processo de formação pedagógica. (MST, 1997).

Assim, as práticas vivenciadas na luta pela conquista da terra, não podem separar do processo de escolarização. E, por conseguinte, a pedagogia não cabe somente à escola, ela ultrapassa os muros institucionais. O ato de ocupar e conquistar a terra torna-se instrumento de desenvolvimento e de formação humana, isso significa formar indivíduos dentro de uma realidade histórica e consciente das suas possibilidades de construir uma nova realidade.

Para isso a proposta do MST, se fundamenta nas teorias pedagógicas que tomam a educação como processo de formação e de auto-emancipação humana. Assim, a concepção da sua proposta pedagógica, baseada no movimento social e histórico da realidade e na articulação dialética dos conceitos de formação humana toma como referência as idéias dos seguintes pensadores: Paulo Freire, Makarenko e Caldart.

De Paulo Freire, tomam a Educação Popular, entendida como Educação do Popular ou Pedagogia do Oprimido, o qual se reconhece como tal, assume um compromisso de classe e compromete todo o trabalho com uma metodologia (prática-teoria-prática) que seja capaz de tornar os membros das classes populares sujeitos plenos da construção de um projeto popular de sociedade. (ITERRA, 2004).

De Makarenko, tomam a Formação Política e Ideológica, compreendida como a formação política do trabalhador-cidadão para o socialismo, a partir de uma concepção de história e do papel dos trabalhadores nesta história como contribuidores na transformação da sociedade.

De Marx e Pistrak, utilizam seus estudos sobre Trabalho e Economia, compreendendo o trabalho como atividade específica do ser humano, orientada para a transformação da natureza e o homem, auxiliado por instrumentos do trabalho, para que assim possa satisfazer as suas necessidades, mas, que ao transformar a natureza, transforma a si mesmo.

E a partir de Caldart, fundamentam a Pedagogia do Movimento - implica na compreensão do Movimento Social como lugar de formação de sujeitos, pois nele

acontecem processos de formação humana, e como princípio educativo, de que sujeitos sociais se formam e aprendem na dinâmica da luta social organizada e de que ela é a base material deste processo educativo. (ITERRA, 2004).

Apesar de Gramsci (1991) defender e apresentar a proposta de *escola unitária* como aquela que deve oferecer condições de superar a crise da desigualdade social e cultural a partir do modo como a sociedade se organiza economicamente socialmente e culturalmente, o MST não se fundamenta nessa idéia, justamente porque Gramsci propunha uma escola que não se adaptasse a tais mudanças, e sim que superasse a dualidade posta e que a possibilitasse a todos a formação de dirigentes. Tomar o problema do homem do campo implica tomar o problema como parte de uma totalidade. A elaboração da proposta de educação específica para as pessoas dos assentamentos pode reforçar a dualidade, mas não se pode negar a sua positividade, no sentido de perceber a exploração e as desigualdades com educação escolar realizada ao longo da história brasileira do campo. Neste sentido, as categorias filosóficas e sociológicas de Gramsci ajudam a analisar as dimensões específicas da realidade, quando partidas do movimento histórico-dialético.

O método da proposta pedagógica do MST busca esclarecer a relação entre o conhecimento e a cultura, desmistificando a idéia de senso comum. Para Gramsci, criar uma nova cultura não significa fazer somente descobertas originais, significa, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las, por assim dizer; transformá-la em bases de ações vitais em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1991, p. 13).

Para o MST, teoria e prática não se separam, são partes de um mesmo processo. Porque, ainda citando Gramsci, toda ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. A atividade do homem é a criadora de todos os valores científicos, o ser não pode ser separado do pensar. (GRAMSCI, 1991, p. 70).

Dessa forma, a luta pela terra se realiza como práxis social e como instrumento educativo no processo de formação. A proposta pedagógica do MST manifesta-se, portanto, comprometida com um projeto político e pedagógico articulado com os interesses dos trabalhadores sem terra.

Contudo, introduzir uma proposta que se realize como práxis social faz-se necessário articular todos os elementos que traduzem uma prática transformadora. Um desses elementos se constitui pela formação de professores. Os professores

possuem uma função orgânica no processo de reprodução ou de transformação social. Assim, o MST articula à sua proposta pedagógica a formação de professores que tomem a realidade da luta social do campo como ponto de partida na reflexão de sua prática pedagógica.

III O NASCIMENTO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES



Fotografia de Sebastião Salgado –Trabalhadores Da Terra – Imagem 3 -

3. O NASCIMENTO DA PROPOSTA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Dentre os princípios norteadores da proposta educativa do MST ressalta-se a formação de professores com capacitação específica para atuar na escola de acampamentos e assentamentos. A justificativa de tal reivindicação apóia-se em vários problemas sentidos pelo movimento.

Em primeiro lugar, as escolas de educação básica dos assentamentos são mantidas, como manda a lei, pelo poder público. Como a legislação determina que os cargos de professor sejam lotados através de concurso público, ato contínuo, segundo o MST, muitos professores não atendem minimamente aos objetivos da proposta pedagógica específica defendida pelo movimento. (CARLDAT, 1997, p. 55).

Além disso, o movimento destaca o problema da qualificação precária dos professores que atuam no campo. Segundo os dados do Ministério da Educação e Cultura, o nível de escolarização dos professores do campo revela essa condição de carência. No ensino fundamental de 1.^a a 4.^a série, apenas 9% têm formação de ensino superior, enquanto na zona urbana esse contingente representa 38% dos docentes. (MEC, 2003, p. 25-26).

O percentual de docentes com formação inferior ao ensino médio corresponde, a 8,3% na zona rural, indicando a existência de 18.035 professores sem habilitação mínima para o desempenho das atividades⁵. (MEC, 2003, p. 25-26). O nível de formação dos docentes do campo confirma a desigualdade entre a educação oferecida à população do campo e com a da cidade.

Além do baixo nível de formação dos docentes, o MST se questiona sobre a formação necessária para os professores atuarem nas escolas de assentamentos de acordo com seus princípios e especificidades. (CALDART, 1997. p. 55).

A partir dessa problemática, a formação dos professores passa a ser discutida e vinculada às demais questões da educação do MST, que passa a propor ações concretas para sua solução. Ou seja, não basta ter escola, é necessário formar o professor que não reproduza os valores do sistema do capital, mas que atenda as necessidades próprias do movimento – trata-se, de uma formação que

⁵ Dados do Ministério da Educação – Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo – Caderno de subsídios. Brasília, 2003.

contemple um projeto educativo contra-hegemônico, combatendo as relações de subordinação mediante uma teoria emancipatória. (CALDART, 1997).

O movimento defende a idéia de que os professores tenham uma formação adequada e específica, direcionada às especificidades do campo. Como muitos professores não tinham, como ainda não tem, vínculos sociais e culturais com o campo – o que acabava reproduzindo na escola uma cultura de desvalorização do campo – tornou-se necessária a elaboração de uma proposta própria, também no âmbito da formação docente. A esse respeito, Caldart (2003. p. 74) afirma que: “O desafio de educadores e educadoras é exatamente garantir a coerência deste movimento de práticas em torno de valores e de princípios que sustentem um determinado projeto de ser humano, de sociedade”.

O objetivo de elaborar uma proposta de formação para professores do campo justifica-se, portanto, na necessidade do Movimento em formar um docente capaz de articular as famílias do campo, na perspectiva de fortalecer os seus projetos de vida e de desenvolvimento. A formação feita em cursos específicos teria a finalidade de combinar a formação pedagógica com a formação de militantes do movimento. Para Caldart:

Os educadores e as educadoras comprometidos com ideais pedagógicos humanizadores e libertários, precisam se dispor a ajudar os sujeitos do movimento social a fazer a leitura pedagógica de suas próprias ações para que isto se transforme em matéria-prima para a constituição do ambiente educativo da escola. Não basta dizer ou saber que o movimento educa; é preciso compreender como isto acontece e como pode ser traduzido na cultura escolar. Assim como é necessário que os sujeitos destas ações educativas reflitam sobre elas e as transformem em aprendizados conscientes e articuladas entre si, e que já possam ficar como herança para seus descendentes. Ajudar a fazer isto é tarefa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, que já foram mexidos ou tocados pelo Movimento. (2003. p. 75).

Esta percepção vai se firmando em um processo de formação de educadores que busca um vínculo maior com as teorias que fundamentam o projeto histórico com as lutas do Movimento e com o projeto de desenvolvimento do campo. Para Beltrame (2002. p. 135), as necessidades das populações que vivem no campo passam a fazer parte dos programas de conteúdos formais na proposta do Movimento para a formação de professores. Os docentes são orientados a considerar os valores e as tradições culturais em que se socializam como membros da localidade.

Nessa perspectiva, Gatti afirma que, se chegarmos à compreensão de que a teoria e a prática constituem uma unidade, que qualquer teoria tem sua origem na prática social humana, e que nesta estão implícitos determinados pressupostos teóricos, a perspectiva teórica adquire uma dimensão mais integradora, ou seja, uma teoria que tem origem na prática e uma prática que é orientada pela teoria. Esta postura só se consolida com uma visão de contexto e com o delineamento de projetos de ação, os quais implicam numa filosofia da ação (GATTI, 2000 p. 56). Os cursos de formação de professores do MST se constituem dentro desta visão e de uma coletividade construída a partir do movimento histórico de luta. Sua intencionalidade exige uma reflexão teórica acerca das experiências organizadas dentro do MST.

É possível pensar o trabalho dos professores das escolas de assentamentos numa direção que lhes permita reelaborar os conhecimentos organizados pelos programas oficiais e oferecer uma formação de qualidade, possibilitando um construir-se a si próprios e aos alunos como sujeitos do processo educativo. (BELTRAME, 2002. p. 143).

Nessa perspectiva, a formação institucional é indispensável para aqueles que almejam construir um modelo de educação diferenciado, que supere a exclusão de milhares de pessoas da escola. É assim que, visando esses objetivos, a partir de 1990, o MST criou o Curso de Magistério de nível médio, específico para formação de docentes para suas escolas, e posteriormente, em 1997, criou o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA), que vai financiar as iniciativas de Educação e Ensino em parceria com diversas universidades.

Atualmente, o MST coordena um curso de formação docente em nível médio – o Curso Normal – e diversos cursos com nível superior – incluindo 23 cursos de Pedagogia da Terra⁶ – espalhados em diversos Estados do Brasil. A gestão pedagógica dos cursos é realizada pelo MST, e o financiamento é garantido pelo poder público, como resultado de luta travada entre movimentos do campo e Estado.

Segundo Caldart, os processos de formação dos profissionais estão articulados com as questões e os desafios da luta pela terra. A partir dessa premissa, os professores do MST devem ser aqueles que também fazem a luta pela terra e pela Reforma Agrária, nas suas diversas dimensões, e que realizam o

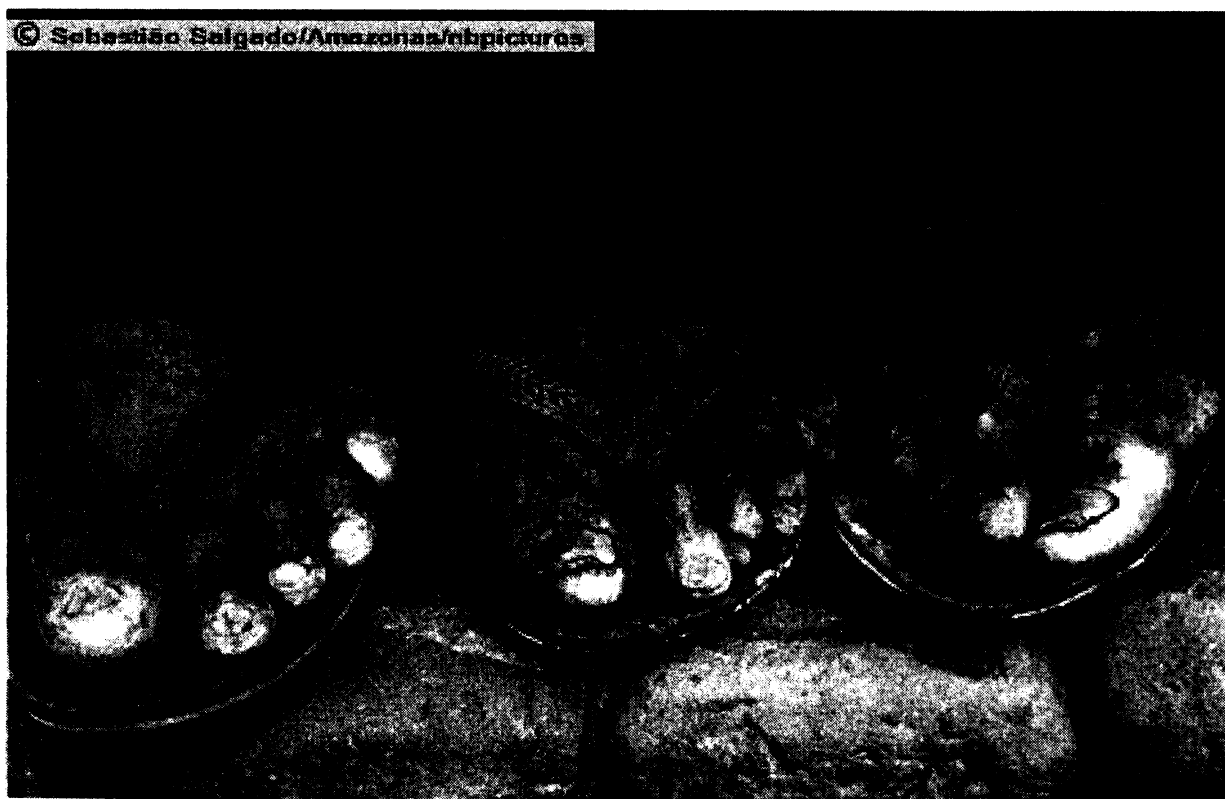
⁶ Dados (não completos) da Secretaria Nacional do Movimento Sem Terra.

trabalho pedagógico na perspectiva de formação da pessoa humana (histórica) e da formação da consciência de classe. (CALDART, 1997. p. 55).

Isso significa que os professores devem desempenhar o papel de intelectuais orgânicos, e que a tarefa dos intelectuais é a formação de uma nova moral e uma nova cultura, que podem ser entendidas, nesse caso, como a busca da contra-hegemonia. Nas palavras de Gramsci, a classe social, no mundo da sua produção deve criar para si ao mesmo tempo, de modo orgânico uma camada de intelectuais que lhe dão a consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 1932. p. 32). É de interesse do movimento social organizado, que os intelectuais orgânicos do MST, se tornem divulgadores de uma nova ideologia, cuja função social é ser porta-voz dos sem terra. (MST, 2001). Para Gramsci, os intelectuais são aqueles que participam ativamente da direção e da organização de projetos culturais que visam interferir sobre o modo de vida e o processo de formação.

A partir das reflexões apontadas na proposta pedagógica do MST, é preciso elucidar e comprovar a efetividade da política de formação de professores do campo. As fundamentações apresentadas nos capítulos anteriores contribuirão no sentido de analisar os limites e as possibilidades da proposta pedagógica do Curso de pedagogia para professores do campo.

IV O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO



Fotografia de Sebastião Salgado – Imagem 4

4. O CURSO DE PEDAGOGIA PARA EDUCADORES DO CAMPO

O Plano Nacional de Educação, Lei 10.172 de janeiro de 2001, definiu nos objetivos e metas da educação superior,

Estabelecer, em nível nacional, diretrizes curriculares que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem. (PNE, 2001, p. 36).

Outros movimentos sociais ligados aos camponeses juntaram-se ao MST com o objetivo de fundamentar uma política de formação de professores que atingisse não somente a realidade do MST, mas de um modo geral, toda a realidade campesina brasileira. Sabe-se que a realidade no campo possui mais semelhanças do que diferenças, pois o que as torna diferente é seu modo de organização na luta pelos seus direitos. Dessa forma, os movimentos sociais do campo não competem entre si, eles organizam-se pela mesma lógica: implantar uma política de reforma agrária e um modelo agrícola que supere o empobrecimento a marginalização das pessoas que vivem no campo.

Com o objetivo de formar professores com uma filosofia e uma prática específica para lecionar nas escolas de assentamentos, em 2004, o MST e o Estado do Paraná, articularam em conjunto, a partir do que se chamou uma *Política por uma Educação Básica do Campo*⁷, um curso de formação em nível superior para os docentes. (UNIOESTE, 2006).

Com a tentativa de construir um projeto de educação que supere aquele reproduzindo nas escolas da zona rural, os movimentos sociais do campo do Estado do Paraná (entre os quais: o MST, a CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, e a ASSESOR – Associação de Estudos, Orientação e

⁷ “Política por uma Educação do Campo”. Processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado do ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. Isto quer dizer que se trata de pensar a educação (política e pedagogia) desde os interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social; ou trata-se de pensar a educação (que é um processo universal) desde uma particularidade, ou seja, desde os sujeitos concretos que se movimentam dentro de determinadas condições sociais de existência em um determinado tempo histórico. (MOLINA&AZEVEDO, 2004).

Assistência Rural que participaram da “Articulação por uma Educação do Campo”), juntamente com a UNIOESTE (Universidade Estadual do oeste do Paraná), elaboraram e fundamentaram uma proposta de formação de professores – o Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, em nível superior.

Das implicações da vida social do campo, decorrentes do modo como a sociedade está organizada, os movimentos sociais e a universidade se articularam na busca de estratégias para o fortalecimento da política de educação para o ensino do campo. Para isso, a UNIOESTE insere a problemática do campo dentro das temáticas de pesquisa e extensão. Segundo o Projeto Político-Pedagógico do Curso: “A pedagogia para Educadores do Campo torna-se mais uma inserção da UNIOESTE voltada para as questões do campo”. (PPP⁸, 2006, p. 02).

O Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, no Campus de Francisco Beltrão, foi implantado no segundo semestre de 2004 em regime especial. Funciona em período integral, durante os períodos de férias (Janeiro, Fevereiro e Julho), ofertando 50 vagas em cada turma. O tempo para integralização é de 4 (quatro) anos, com uma carga horária total de 2.800 horas-aula, das quais, 200 horas são de atividades acadêmicas complementares e a grade curricular inclui disciplinas específicas de interesses da Educação do Campo. O grau obtido é de licenciado em Pedagogia e para ingressar no curso, os candidatos precisam comprovar seu vínculo com a Educação do Campo.

Os conteúdos trabalhados no curso são articulados à pesquisa e ao estágio que culmina com trabalho de conclusão do curso (TCC). Esse trabalho de conclusão de curso deve ser uma sistematização dos conteúdos e dos elementos apreendidos no decorrer do curso.

O curso está dividido em dez etapas e disposto em dois tempos distintos, que se alternam. São eles: Tempo Escola (TE) – que é o tempo presencial no qual os estudantes estão juntos na universidade ou em outro local, onde se desenvolvem as aulas e orientações para trabalhos práticos nas comunidades de origem; e o Tempo-comunidade (TC) – que é o tempo em que os estudantes estão em suas comunidades desenvolvendo suas práticas, bem como outras atividades do curso. Segundo a UNIOESTE,

⁸ Projeto Político- Pedagógico do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo – *Campus de Francisco Beltrão*.

O curso está organizado em diferentes tempos educativos como forma de possibilitar a compreensão de que nos educamos em diferentes momentos e com diferentes atividades educativas. Toda e qualquer atividade desenvolvida na escola faz parte do currículo, portanto exige planejamento e organização. (UNIOESTE, 2006, p. 10).

As disciplinas ofertadas e previstas na grade curricular são ministradas principalmente pelos professores da UNIOESTE, sendo que algumas são ministradas por profissionais externos, convidados pelos movimentos sociais.

O curso de Pedagogia para Educadores do Campo habilita, em nível superior, educadores com competência técnica e compromisso político para atuar na docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e de Jovens e Adultos em Assentamentos de Reforma Agrária, nas comunidades de resistência⁹ e outros espaços de atuação dos Movimentos Sociais do campo.

Propõe o desenvolvimento de habilidades e competências para: desenvolver projetos educativos em comunidades do campo; planejar o ensino e desenvolver atividades de apoio aos educandos e conceber e efetivar propostas pedagógicas apropriadas aos sujeitos e ao contexto. (UNIOESTE, 2008).

Esta flexibilização do currículo dos cursos de formação de professores, garantida pelo Plano Nacional de Educação e instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica de Nível Superior, licenciatura e graduação plena garantiu a constituição de cursos para atender as peculiaridades e especificidades da demanda das regiões e do contexto social no qual se insere. (MEC, 2002).

A partir desse Projeto Político-Pedagógico é possível discutir os elementos conceituais do curso implantado no *Campus* de Francisco Beltrão da UNIOESTE para verificar se atendem aos objetivos da proposta de formação dos professores do MST, conforme o referencial teórico abordado nos primeiros capítulos da pesquisa.

⁹ Comunidades de Resistência são organizações populares não governamentais, formadas por pessoas que de uma forma ou de outra, sofreram/sofrem algum tipo de opressão social. Elas são situadas em região metropolitanas e na região rural. A comunidade quilombola é um exemplo de Comunidade de Resistência. Essa comunidade luta por políticas públicas que inclua os sujeitos negros dentro das discussões sociais, culturais e econômicas.

O aporte teórico da proposta pedagógica do MST busca a coerência entre o projeto de transformação social e os conteúdos apreendidos no espaço da escola. A base na qual o ensino se apóia são as experiências vividas no percurso do Movimento, criando assim, metodologias e métodos de como apreendê-las. (MST, 2001).

O Curso de Pedagogia para Educadores do Campo, sobre o qual a pesquisa se dedica, possui uma estrutura diferenciada em relação à concepção, tempos e espaços do Curso de Pedagogia regular ofertados pelas instituições de ensino superior. O referido curso busca articular o ensino à pesquisa e aos problemas empíricos apresentados pelos processos sociais e econômicos vivenciados no campo. Desta forma, os docentes que atuam em escolas localizadas no campo devem adquirir no curso de Pedagogia, uma formação específica diferente dos docentes que atuam em escolas da cidade. A formação docente desses profissionais se diferencia na aquisição dos conteúdos e na metodologia utilizada.

A concepção filosófica e pedagógica abordada na proposta de formação parte do pressuposto de que a educação deve formar sujeitos humanos e sociais, que reflitam sobre a atuação do MST e demais movimentos do campo e da sociedade, para que sejam capazes de articular a teoria com a prática própria dessa realidade.

Referentemente à relação entre teoria e prática, Vázquez (2007) diz, justamente, que a primeira depende da segunda na medida em que a prática é fundamento da teoria, já que determina o horizonte de desenvolvimento do progresso do conhecimento. Afirma ainda que a prática não fala por si mesma, e que sua condição de fundamento de teoria ou critério de sua verdade não se verifica de um modo direto e imediato, pois não se determina por si só, se é algo verdadeiro ou falso sem a mediação da teoria. Assim, para o autor, a atividade não é apenas uma práxis é uma atividade teórico-prática – teórica, pois formada pelo aspecto ideal e prática porque formada pela compleição material. Dessa forma, a atividade como práxis é objetiva e subjetiva a um e mesmo tempo. A atividade subjetiva só se torna objetiva quando concretizada em uma atividade material. (VÁSQUEZ, 2007, p. 243).

O curso analisado visualiza a possibilidade de construção de novas formas de formação docentes considerando as condições objetivas dos professores do campo que lecionam em escolas do campo. O campo sempre esteve ligado à dinâmica do capitalismo e as suas contradições, sejam elas sociais econômicas ou

culturais. Portanto, tomar a prática onde estão inseridos os professores do campo é o ponto de partida para a compreensão da realidade para transformá-la.

Como o curso tem a autonomia para organizar a sua metodologia de ensino juntamente com alunos e professores, possibilita aos alunos pensar e refletir sobre o seu próprio processo de aprendizagem. Um dos pontos positivos desse curso é que possibilita o envolvimento dos sujeitos na construção pedagógica do curso, que é avaliado e repensado em cada etapa.

Todas as relações vividas dentro do espaço do curso interessam aos alunos que estão em processo de formação. Dessa forma, nenhuma decisão no curso é tomada sem a participação de todos os envolvidos. O aluno desse curso de Pedagogia é considerado como “um elemento coletivo”, igual a todos os outros elementos. A ampla participação dos alunos na construção do curso se destaca pela sua auto-organização, o que possibilita a todos os sujeitos formarem-se participando como sujeitos sociais e políticos.

A concepção na qual o curso se fundamenta aponta outras possibilidades conceituais e metodológicas para abordar os conhecimentos. Os saberes da prática dos professores do campo são constantemente colocados em diálogo com os conhecimentos acadêmicos. Assim, esse engajamento da universidade com os movimentos sociais abre possibilidades para a construção de um projeto curricular coletivo, que parte das relações concretas e reais onde estão inseridos os sujeitos do campo.

Assim sendo, a concepção filosófica e sociológica dos conteúdos abordados nas disciplinas do curso de pedagogia para educadores do campo, tem o materialismo histórico-dialético como eixo teórico na interpretação da realidade. Do ponto de vista teórico, os conteúdos escolhidos são aqueles que oferecem referencial conceptual que explicita e desvende a complexidade e as intervenções políticas que formam um projeto histórico.

Os limites encontrados no Curso de Pedagogia para Educadores do Campo é que a proposta teórica está parcialmente alicerçada em pressupostos conceituais e metodológicos voltados para a formação de professores de assentamentos propriamente, na perspectiva do MST. Observou-se a falta de intencionalidade orgânica e articuladora com questões que emergem das experiências do MST.

O curso não cria uma nova pedagogia, mas sim uma nova forma de lidar com os conhecimentos já produzidos. Os professores que atuam no curso acabam

redimensionando suas aulas para atender os conteúdos escolhidos e demandados pela realidade campestre. Dessa forma, não há professores formados na Universidade para lecionar nesses cursos. Assim, alguns questionamentos ficarão em aberto para o prosseguimento da pesquisa: Quais são os conteúdos escolhidos e demandados pela realidade campestre? Como os conteúdos ensinados nas disciplinas se configuram na prática nas escolas de assentamentos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi realizar um trabalho monográfico na área de pesquisa que investiga a formação de professores na perspectiva da política da Educação Básica do Campo. O estudo buscou compreender os conhecimentos teórico-metodológicos adotados pelo *Curso de Pedagogia para Educadores do Campo do Campus de Francisco Beltrão – PR* e se este atende aos objetivos teórico-práticos da proposta do MST.

O primeiro momento da pesquisa buscou identificar os elementos teóricos relevantes que fundamentam a proposta pedagógica do MST. Foram discutidos os princípios filosóficos e pedagógicos que alicerçam a proposta de educação formal e informal do movimento.

O segundo momento foi o estudo da proposta conceptual e metodológica do projeto político pedagógico do Curso de Pedagogia para Educadores fazendo uma análise das condições concretas em que o curso é ofertado.

As reflexões acerca do tema não se encerram aqui, pois ainda são preliminares e o estudo monográfico acerca dessa temática apresenta limites e possibilidades que deverão ser aprofundados em investigações posteriores, que excedem o escopo do projeto e deste estudo de especialização.

O curso não apresenta no seu projeto político-pedagógico uma discussão do que seria a proposta coletiva de educação dos sem-terra no sentido de construir uma política de formação de docentes para os assentamentos, a partir das especificidades da educação do campo.

Em contrapartida foram encontradas no curso várias possibilidades de avanço dentro da Política de Educação Básica do Campo. Entre os quais destaca-se a abertura de um espaço na academia para uma discussão da problemática do campo, que até então, era restrita aos movimentos sociais e a flexibilização do currículo para uma demanda específica, ou seja, a constituição de uma prática distinta das outras vigentes.

O estudo também mostrou o potencial de organização dos movimentos sociais, na busca da superação da marginalização e do empobrecimento dos sujeitos do campo, decorrentes da estrutura da sociedade, própria do capitalismo. A organização dos movimentos sociais no terreno da luta de classes impulsiona a formação de educadores, indicando uma possibilidade de mudança e resistência ao modelo tradicional de formação docente. Percebe-se a intenção de formar novos sujeitos, forjados no espaço da luta de classes, que vão introduzindo suas práticas e saberes no terreno da academia.

Ainda que apresente potencialidades, os limites apresentados na execução da política de formação do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo indicam a possibilidade de fragmentar e tornar heterogêneo o processo de enfrentamento dos modelos tradicionais de formação docente. De todo modo, a pretensão é de que as forças dos movimentos sociais, que atualmente se apresentam fragmentadas e isoladas, possam articularem-se e tornarem-se uma unidade de resistência e de práxis transformadora.

REFERÊNCIAS:

ARROYO. Miguel Gonzáles & FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BELTRAME, Sonia Aparecida. Formação de professores na prática política do MST: a construção da consciência orgulhosa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.2, p. 129-145, jul./dez. 2002.

CALDART, Roseli. **Educação em Movimento: Formação de Educadoras e Educadores no MST**. Petrópolis, RJ, Vozes. 1997.

_____. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v. 3, n.1, p. 60-81, Jan/Jun 2003.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ, Vozes. 2000.

_____. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, 2001, vol.15, n. 43, ISSN 0103-4014.

MOLINA, Mônica Castagna&JESUS. Sônia Meire Santos. (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez, 2001.

GATTI. Bernadete Angelina. **Formação de Professores e Carreira: problemas e movimentos de renovação**. 2. ed – Campinas, SP: autores associados, 2000. (Coleção de formação de professores).

GRAMSCI, Antonio. **Caderno 12. Apontamentos e notas esparsas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais. Caderno de Cárcere.** Tradução: Paolo Nosella. São Paulo, 1989. Trabalho apresentado na XIII Reunião Anual da AMPED.

_____. **A concepção dialética da história.** 9 ed. RJ. Civilização Brasileira, 1991.

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Método Pedagógico. Ed. 1ª. 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã.** São Paulo. 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Brasília: MEC. 2002

MST. EDUCAÇÃO NO MST: Balanço 20 anos. n. 09. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dez. 2004.

_____. PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO NO MST. Caderno n.º 8. Porto Alegre: Coletivo Nacional do Setor de Educação. Jul, 1996.

MÉSZAROS, István, 1930 – **A educação para além do capital:** Tradução de Isa Tavares. São Paulo. Boitempo, 2005.

MEC - Ministério da Educação. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo – caderno de subsídios. Brasília, 2003.

PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo. Expressão Popular. 2002.

REFERENCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.
Cadernos de subsídios. Brasília, Out. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 2. ed.
São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

UNIOESTE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia para Educadores do Campo**. 2005.

ANEXOS

TABELA (A) DOS CURSOS DE PEDAGOGIA DA TERRA - BRASIL

Nº	Nome e descrição do curso	UF	Entidade/Parceira	Início	Término
01	Pedagogia da Terra	RS	UNIJUÍ	1998	2001
02	Pedagogia da Terra	ES	UFES	1999	2002
03	Pedagogia da Terra	MT	UNEMAT	1999	2003
04	Pedagogia da Terra	PA	UFPA	2000	2004
05	Pedagogia da Terra	RS	ITERRA/UERGS	2002	2005
06	Pedagogia da Terra	ES	CIDAP/ INCRA/ UFES	Jan/2003	Jul/2006
07	Pedagogia da Terra	RN		Jul/2003	Jul/2006
08	Pedagogia da Terra	RO	MST/MPA/UNIR/ INCRA	Dez/2003	2007
09	Pedagogia da Terra II	RS	ITERRA /UERGS	2003	2007
10	Pedagogia da Terra	BA		Dez/2004	2008
11	Pedagogia da Terra	BA	UNEB	Nov/2004	2008
12	Pedagogia da Terra	PE		Nov/2004	2007
13	Pedagogia da Terra	PE		Nov/2004	2007
14	Pedagogia da Terra	CE	UFC	Nov/2004	Nov/2008
15	Pedagogia da Terra	PR	UNIOESTE	Jul/2004	Jul/2008
16	Pedagogia da terra	CE	UFCE	Nov/2004	2008
17	Licenciatura Educação do Campo	MG		Nov/2005	Dez/2010
18	Pedagogia da Terra	PA		Jan/2006	?
19	Pedagogia da Terra	MS		Jul/2006	?
20	Pedagogia da Terra – II (iniciará)	PR	UNIOESTE	2007	?

21	Pedagogia da Terra	GO	UFGO	2007	?
22	Pedagogia da Terra – II (iniciará)	ES	UFES	2007	?
23	Licenciatura em Educação do Campo	RS	UNB / ITERRA	Jun/2007	?

FONTE: GHEDINI. Cecilia Maria. A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO ESPAÇO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS - UM ESTUDO A PARTIR DA "I TURMA DE PEDAGOGIA DA TERRA DA VIA CAMPESINA/BRASIL". Dissertação de Mestrado. UFPR – 2007.